



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

69 Concurso para ingresso na magistratura

*Prova Escrita - 1ª Fase - Específicos*

DIREITO DO TRABALHO

As respostas deverão ser fundamentadas.

1) Qual é o fundamento jurídico do denominado poder disciplinar do empregador?

2) Verifica-se, num contrato individual de trabalho em curso, alteração bilateral no atinente à cláusula salarial. A nova cláusula, benéfica de início, torna-se prejudicial a longo prazo, isto é, dois anos e um mês depois de consumada. Pode o trabalhador mover reclamação trabalhista, na qual postule reposição ao estado anterior e os prejuízos advindos, fundamentado no art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho?

3) O privilégio, que o art. 449, § 1º, da C.L.T., confere à totalidade dos salários e indenizações do empregado, na ocorrência de falência do empregador, é geral ou especial? Tais créditos se sobrepõem aos tributários? E numa execução coletiva, de que participe o empregado, sem declaração do estado falimentar, os seus créditos são privilegiados ou quirografários?

4) Caracteriza-se a justa causa resolutória do contrato individual de trabalho, sem culpa ou dolo do empregado? Esse requisito se encontra presente na justa causa prevista no art. 482, § único, da C.L.T.?

5) O legislador brasileiro, responsável pela Consolidação das Leis do Trabalho (decr. lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943), fez, na Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República, profissão de fé institucionalista. Indaga-se: o referido diploma legal conceituou a empresa como sendo uma instituição, nos termos dessa mesma Exposição, ou, apesar dela, deu caráter contratual à relação de emprego?

6) Considerando-se a lei e a convenção coletiva de trabalho como fontes formais do Direito do Trabalho, como conciliar as discrepâncias entre as respectivas disposições?



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

fls.2

7) Depende a autonomia do Direito do Trabalho de princípios próprios? Em que sentido?

8) Quais os elementos de conexão aptos a determinar, no espaço, a competência da Justiça do Trabalho?

9) Quais os elementos componentes da estrutura do grupo de empresas e quais os efeitos derivados de sua identificação?

10) Como distinguir o poder de representação do sindicato na celebração de convenção coletiva e no ajuizamento de reclamações plúrimas?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

As respostas deverão ser fundamentadas.

11) Qual é a diferença---desde que admitida---entre jurisdição e competência? Qual é a jurisdição e qual é a competência de um juiz único num hipotético Estado minúsculo?

12) Grande parte dos doutrinadores aceita a teoria chioven-diana, segundo a qual a jurisdição constitui uma atividade estatal de substituição da atividade das partes. Supondo-se que a tese esteja correta, como se dá essa substituição nos processos penais e nas sentenças civis de divórcio?

13) Pelo disposto no vigente Código de Processo Civil, art. 485, caput, somente as sentenças de mérito estão sujeitas à ação rescisória. Nestas condições, e considerando que, na execução, não há contestação nem sentença de mérito, quais os pronunciamentos judiciais suscetíveis de rescisão através daquela ação?

14) Justifica-se a exclusão do recurso adesivo do âmbito do processo trabalhista?



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

fls.3

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

As respostas deverão ser fundamentadas.

15) Existe algum traço comum, no referente à representação, entre o sindicato, quando em nome de seus associados, promove um dissídio coletivo de natureza econômica, a Ordem dos Advogados do Brasil, quando age em juízo em nome de advogados inscritos em seus quadros (Lei n. 4.215, de 27/04/63, art. 1º, § único), e o cidadão comum, que move uma ação popular, nos termos do § 31, do art. 153, da Constituição Federal? Na hipótese afirmativa, dizer qual é esse traço comum.

16) É certo que as sentenças normativas, proferidas pela Justiça do Trabalho, se aplicam mesmo aos não associados do sindicato suscitante? O sindicato representa apenas os seus associados ou toda a categoria profissional, dentro de sua base territorial? Se a resposta for no sentido de que representa toda a categoria profissional, qual o fundamento legal para essa representação?

17) Podem ser executados bens de empresa que não foi parte na lide, sob fundamento de pertencer ao mesmo grupo econômico da empresa executada?

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

As respostas deverão ser fundamentadas.

18) Um empregado, com direito a aposentadoria especial, se optar pela continuidade no emprego, tem direito ao abono de permanência?

19) O trabalhador que perdeu a sua condição de segurado, por não se haver valido das prerrogativas do chamado período de graça, readquirindo a referida condição, pode valer-se do período anterior para fins de aposentadoria por tempo de serviço?

20) Um segurado contribui para o INAMPS na qualidade de autônomo e de empregado, concomitantemente. Ao se aposentar, por tempo de serviço, tem direito a receber aposentadoria com base nas duas contribuições?

304  
299